

Perfis suspensos em ofícios vazados têm elo com 8/1

Levantamento mostra que quase metade dos alvos de medidas do Supremo divulgadas por deputados americanos era ligada a investidas antidemocráticas; PF diz que X permitiu transmissões ao vivo por contas bloqueadas

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@globo.com.br

Quase metade dos alvos de decisões de suspensão de contas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) divulgadas por deputados americanos tem ligação com os atos golpistas do 8 de janeiro, o bloqueio de rodovias após as eleições de 2022 ou acampamentos em frente a quartéis do Exército. Os mandados judiciais atingiram em sua maioria perfis no X, mas há casos também de contas derrubadas em outras redes, como Facebook e Instagram.

Os documentos sigilosos, liberados por um comitê da Câmara de Representantes dos Estados Unidos em meio aos ataques do empresário Elon Musk ao Judiciário brasileiro, apontam bloqueios de contas por ordem do STF contra 97 pessoas, algumas com mais de um perfil. Outras dezenas de perfis foram suspensas por determinações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo o comitê, houve 150 contas restringidas no X.

Das 97 ordens do STF, 44 envolvem suspeitos de participação em algum tipo de investigação com viés antidemocrático. Os documentos indicam apenas

o encaminhamento às redes de decisões anteriores do ministro Alexandre de Moraes, não sendo possível saber detalhes das justificativas usadas. O STF afirma que todas as suas decisões são fundamentadas.

Entretanto, um cruzamento entre os perfis indicados e informações públicas permite identificar relação com investigações sobre atos golpistas. Em uma única ação, por exemplo, constam 31 suspensões. O processo trata de investigação sobre bloqueios em estradas ocorridos após o resultado das eleições presidenciais, e o bloqueio das contas ocorreu dias antes de a Polícia Federal (PF) realizar, por ordem de Moraes, uma operação contra suspeitos de financiar os movimentos.

Um dos perfis bloqueados era do deputado federal Zucco (PL-RS), investigado por suposto incentivo aos atos. Ele nega irregularidades e, posteriormente, abriu nova conta. Ao menos quatro bloqueios foram contra alvos da Operação Lava Jato, que já teve 26 fases e mira ligações com o 8 de janeiro. Um deles é o coronel Benito Franco, ex-comandante do batalhão de Rondas Ostensivas Tática Metropolitana da Polícia Militar de Goiás. Ele disse em vídeo que "o ladrão não sabe a rampa".



8 de janeiro. Apoadores de Jair Bolsonaro invadem o Congresso: envoltórios com o episódio tiveram perfis suspensos

DPU pede que X pague R\$ 1 bilhão

Para a DPU, a ofensiva recente de Elon Musk, proprietário da rede social, representa a "instrumentalização de plataformas digitais para fins ilícitos".

Musk vem fazendo sucessivos ataques ao Judiciário brasileiro, tendo como alvo sobretudo o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Ortem, o bilionário sul-africano voltou a criticar Moraes. Em sua conta no próprio X, Musk afirmou que o magistrado

"interferiu absolutamente nas eleições no Brasil".

Sem citar diretamente o empresário, Moraes disse ontem, ao discursar em evento, que há uma "onda de irresponsáveis mercantilistas" estrangeiros com "políticos brasileiros extremistas". (Julia Nour)

Também foi alvo Ramiro Alves Da Rocha Cruz Junior, conhecido com Ramiro dos Caminhoneiros, que é citado em depoimento de diversos outros presos como sendo um dos organizadores e incentivadores dos atos do dia 8. Outra pessoa com perfil suspenso foi Gilcemar Faria de Oliveira, réu no STF por incitação aos atos, após ser preso no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. A defesa afirmou que ele estava no local "pacificamente".

TRANSMISSÕES AO VIVO

Em outra frente, a PF informou a Alexandre de Moraes que investigados no inquérito das mídias digitais conseguiram fazer transmissões ao vivo no X mesmo com suas contas suspensas por determinação judicial. Segundo o órgão, essas transmissões foram possíveis mesmo sem o uso de ferramentas que disfarçam a origem do sinal (VPN).

"A rede social X, apesar de bloquear as postagens feitas e recebidas pelos investigados em seus canais, ao autorizar a transmissão de conteúdo ao vivo permitiu o uso de sua plataforma", disse a PF. Já a empresa negou, em ofício, ter desbloqueado contas sem decisão judicial ou habilitado "recursos de transmissão ao vivo".

Julgamento sobre bloqueio de plataformas vai a plenário

Análise do caso de forma virtual foi interrompida ontem e será retomada pelo STF em data a ser definida por Barroso

POLILLA SERRA E MARIANA MUNIZ
polilla.serra@globo.com.br

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) de uma ação que questiona se é constitucional suspender a operação de aplicativos de mensagem por decisão judicial foi interrompido ontem a pedido do ministro Flávio Dino. Antes, os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes haviam votado no plenário virtual pela manutenção de uma liminar que suspendeu o bloqueio do WhatsApp. A análise será re-

tomada no plenário da Corte em data a ser definida pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso.

O debate no STF sobre o caso ocorre em meio às discussões sobre a regulamentação das redes sociais no país. Edson Fachin, vice-presidente da Corte, pautou o tema após ataques a Moraes feitos pelo empresário sul-africano Elon Musk, dono do X, ex-Twitter.

Ação pode abrir brecha para a suspensão de plataformas do governo no Brasil. No julgamento, que iria até o próximo dia 26 de abril, estava sendo

abordada a possibilidade de o Judiciário derrubar uma rede social, além de ser escrutinado o alcance de disposições do Marco Civil da Internet.

A interlocutores, Barroso disse avaliar que o caso pode ter desdobramentos importantes. Por isso, o presidente do Supremo entendeu que a questão merecia um debate presencial, no plenário físico.

Embora não trate da regulamentação das redes em si, o julgamento tem sido visto como uma forma de os ministros reforçarem que a Justiça pode bloquear plataformas em caso



Debate. Ministros do STF no plenário: Barroso quer diálogo presencial sobre o tema

de irregularidade. Poderia ser fixada, assim, a tese de que eventuais suspensões são constitucionais e proporcionais ao descumprimento de ordem judicial ou à legislação.

O processo, uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), foi ajuizada por conta das decisões em diferentes tribunais de Justiça que determinaram a suspensão do WhatsApp, após a empresa informar que não poderia fornecer os dados requisitados pelos magistrados por conta da segurança da criptografia. O tema chegou a ser pautado em junho do ano passado, em conjunto com dois outros casos que tratam do Marco Civil, mas o julgamento acabou interrompido por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

Evento no Rio marca a criação do Museu da Democracia

Espaço deve ser inaugurado até 2026 e é fruto de parceria entre prefeitura e TSE

LUÍSA MARZULLO
luisa.marzullo@globo.com.br

Uma solenidade com a presença de diferentes autoridades oficializou ontem a criação do Museu da Democracia, que funcionará a partir de 2026 no prédio do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), no Centro do Rio. A iniciativa é uma parceria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a Prefeitura do Rio. A escolha do local do museu se deu pelo entorno do prédio do CCJE, palco de importantes manifestações populares, como a "Passeata dos cem mil" e o movimento das "Diretas Já" no período do regime militar.

As obras que serão expostas vão fazer referência aos pilares da democracia, como a participação popular e a liberdade de imprensa. Haverá menções aos ataques antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos três Poderes foram invadidas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O Brasil, nessa 36 anos de redemocratização, é a única grande democracia que sobreviveu a dois impeachments, dentro das regras constitucionais, e sobreviveu à tentativa de golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023. Isso se deu pela fortaleza das suas instituições. Isso precisa ser documentado e explicado,

ficar na memória dos brasileiros e das brasileiras — afirmou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do TSE.

OBRA DE VIK MUNIZ

Entre os presentes na cerimônia estavam o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão; o governador Cláudio Castro (PL); o prefeito Eduardo Paes (PSD); e o secretário municipal de Governo, Felipe Santa Cruz, filho do militante Fernando Santa Cruz, morto durante a ditadura.

A primeira obra a ser exposta no museu, de autoria do artista plástico Vik Mu-



BORGES PEREIRA

Solenidade. Lançamento da pedra fundamental do museu jurídico. Eduardo Paes, Alexandre de Moraes e Cláudio Castro.

niz, rememora o dia dos ataques em Brasília e reconstruiu a fachada do Congresso Nacional com os casos de violação de direitos. Outra atração será o Salão do Voto, na qual a evolução do sistema eleitoral de cédulas de papel às urnas eletrônicas será apresentada aos visitantes.

Na solenidade, Paes trocou afagos com Moraes e desta-

cou o papel do ministro na defesa da democracia. — Quería saudar tantos brasileiros que, no passado deram a vida pela democracia, e faço isso na figura do pai do meu secretário Felipe Santa Cruz, morto pela ditadura. E saudar aqui o homem que vem atuando de forma rígida para manter a democracia no país, o mi-

nistro Alexandre de Moraes — disse o prefeito.

Já o governador do Rio, Cláudio Castro, fez um discurso ressaltando a importância da Justiça Eleitoral.

— Aqui exalta-se um dos nossos bens mais preciosos, que é a democracia. A gente vem lutando para que o resultado das urnas seja respeitado a todo custo.